



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL  
Assessoria Jurídica / Contratos  
Fone: 2129.9674 - 2129.9675

Secretaria de Estado de Defesa Social  
Extrato Contrato de Concessão Administrativa  
Nº 336039/54-1338/09

PARTES: IMG/Secretaria de Estado de Defesa Social, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Gerenciamento Prisional Associados S/A - ESPG/G. Contrato de Concessão Administrativa para construção e gestão de Complexo Penal na Região Metropolitana de Belo Horizonte, sob o regime de Parceria Público-Privada. OBJETO: Concessão Administrativa para construção e gestão de Complexo Penal. VIGÊNCIA: 37 (vinte e sete) anos, a contar da assinatura em 16/08/2009. VALOR: R\$ 2.311.476.000,00 (dois bilhões e cento e onze milhões quatrocentos e setenta e seis mil e quatro reais). DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA: as despesas decorrentes da execução deste Contrato, inscritas à conta das dotações orçamentárias nº 1453-06,421-0204-325-0001-336039/54-1338/09. SIGNATÁRIOS: Mauricio de Oliveira Campos Junior, Sergio Alan Barroso, Telmo Gregório Porto, Ricardo Machado Ferreira Vellozo.

***PUBLICADO NO JORNAL MINAS GERAIS***

DATA: 24 / 06 / 09

PÁGINA: 47

COLUNA: 03



CONTRATO DE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA

336039.54.1338.09

CONTRATO DE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA PARA CONSTRUÇÃO E GESTÃO DE COMPLEXO PENAL NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE, CELEBRADO ENTRE O ESTADO DE MINAS GERAIS, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL DE MINAS GERAIS, COM A INTERVENIÊNCIA DA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E GESTORES PRISIONAIS ASSOCIADOS S/A - GPA.

PREÂMBULO

O ESTADO DE MINAS GERAIS, por meio da SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL (SEDS), com sede na Rua Rio de Janeiro, nº 471, 23º andar, Centro, Belo Horizonte/MG, CEP 30.160-040, inscrita no CNPJ sob o nº 05.487.631/0001-09, neste ato representada por seu titular, **MAURÍCIO DE OLIVEIRA CAMPOS JÚNIOR**, brasileiro, professor, inscrito no CPF sob o nº 526.010.216-91, Carteira de Identidade nº M-3.064.744, residente e domiciliado nesta Capital, neste ato denominado **PODER CONCEDENTE**, e a empresa **GESTORES PRISIONAIS ASSOCIADOS S/A - GPA**, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 875, 11º andar, Funcionários, Belo Horizonte/MG, CEP 30.112-021, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.880.989/0001-29, representada por seu Diretor Presidente, **TELMO GIOLITO PORTO**, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF sob o nº 007.559.728-48, Carteira de Identidade nº 7.158.257-SSP/SP, residente na Avenida Tenente Marques, nº 2051, 1º andar, sala 14, Bairro Polvilho, Cajamar/SP e pelo seu Diretor Superintendente, **RICARDO MACHADO FERREIRA VELLOSO**, brasileiro, divorciado, engenheiro metalurgista, inscrito no CPF sob o nº 694.425.338-00, Carteira de Identidade nº 5.416.311-SSP/SP, residente na Rua Major Quedinho, nº 111, 1º andar, Centro, São Paulo, Estado de São Paulo, neste ato denominada **CONCESSIONÁRIA**,

Sendo **INTERVENIENTE-ANUENTE** a SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (SEDE), com sede na Rua Rio de Janeiro, nº 471,





**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL**

16º andar, Centro, Belo Horizonte/MG, CEP 30.160-040, inscrita no CNPJ sob o nº 05.480.378/0001-53, neste ato representada por seu titular, **SÉRGIO ALAIR BARROSO**, inscrito no CPF sob o nº 609.555.898-00, Carteira de Identidade nº SP-8.100.986-0, residente e domiciliado nesta Capital, doravante denominada apenas **SEDE**.

**CONSIDERANDO:**

- 1) Que o **ESTADO DE MINAS GERAIS**, por intermédio da **SEDS**, atendendo ao interesse público e mediante licitação (Processo Licitatório nº 020/2008), na modalidade de concorrência (Concorrência Internacional nº 01/2008), decidiu delegar à iniciativa privada a construção e gestão do **COMPLEXO PENAL**, pelo prazo de 27 (vinte e sete) anos, contados da data de assinatura do presente Instrumento, mediante **CONCESSÃO ADMINISTRATIVA**;
- 2) Que a **CONCESSIONÁRIA** é uma **Sociedade de Propósito Específico** constituída pelo **ADJUDICATÁRIO** da **LICITAÇÃO**, em conformidade com o ato da **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**, adjudicado e homologado pelo Secretário de Estado de Defesa Social, conforme publicação no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais em 07 (sete) de abril de 2009, tendo sido atendidas as exigências para a formalização deste Instrumento;
- 3) As promessas mútuas firmadas neste **CONTRATO DE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA**, doravante denominado **CONTRATO**, e outras considerações relevantes e pertinentes neste ato reconhecidas, as **PARTES** acordam e

**RESOLVEM** celebrar o presente **CONTRATO DE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA** para a construção e gestão do **COMPLEXO PENAL**, no Estado de Minas Gerais, em conformidade com a Lei Federal nº 11.079/04 (Lei Federal de Parcerias Público-Privadas), Lei Estadual nº 14.868/03 (Lei Estadual de Parcerias Público-Privadas), Decreto Estadual nº 43.702/03 e, subsidiariamente, Lei Federal nº 8.666/93 (Lei Geral de Licitações), com suas alterações, Lei Federal nº 8.987/95 (Lei Geral de Concessões), Lei Federal nº 9.074/95 e demais normas que regem a matéria, que se regulará pelo disposto no **EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 01/2008 – SEDS** e pelas cláusulas e condições fixadas neste instrumento.





## ÍNDICE

<b>CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....</b>	<b>7</b>
CLÁUSULA 1 - DAS DEFINIÇÕES .....	7
CLÁUSULA 2 – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO .....	12
CLÁUSULA 3 – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DO REGIME JURÍDICO DO CONTRATO .....	13
CLÁUSULA 4 – DA INTERPRETAÇÃO .....	13
<b>CAPÍTULO II – DO OBJETO, PRAZO E TRANSFERÊNCIA DA CONCESSÃO ADMINISTRATIVA .....</b>	<b>14</b>
CLÁUSULA 5 – DO OBJETO .....	14
CLÁUSULA 6 – DO PRAZO .....	15
CLÁUSULA 7 – DA TRANSFERÊNCIA DA CONCESSÃO ADMINISTRATIVA ...	16
<b>CAPÍTULO III – DA CONCESSIONÁRIA .....</b>	<b>17</b>
CLÁUSULA 8 – DA FINALIDADE E DO CAPITAL SOCIAL .....	17
CLÁUSULA 9 – DA PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES .....	18
CLÁUSULA 10 – DA TRANSFERÊNCIA DO CONTROLE DA CONCESSIONÁRIA E DAS ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS .....	19
<b>CAPÍTULO IV – DOS FINANCIAMENTOS .....</b>	<b>21</b>
CLÁUSULA 11 – DOS FINANCIAMENTOS .....	21
<b>CAPÍTULO V – DO VALOR ESTIMADO DO CONTRATO E DA REMUNERAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA .....</b>	<b>22</b>
CLÁUSULA 12 – DO VALOR ESTIMADO DO CONTRATO .....	22
CLÁUSULA 13 – DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS QUE ACOBERTARÃO AS DESPESAS DO CONTRATO .....	22
CLÁUSULA 14 – DA REMUNERAÇÃO DO PODER CONCEDENTE À CONCESSIONÁRIA E FORMA DE PAGAMENTO .....	23
<b>CAPÍTULO VI – DA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DA CONCESSIONÁRIA.....</b>	<b>30</b>





CLÁUSULA 15 – DO SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO E DISPONIBILIDADE .....	31
CLÁUSULA 16 – DA REVISÃO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO .....	34
<b>CAPÍTULO VII – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES .....</b>	<b>35</b>
CLÁUSULA 17 – DAS OBRIGAÇÕES DO PODER CONCEDENTE E DA CONCESSIONÁRIA .....	36
CLÁUSULA 18 – DAS DESAPROPRIAÇÕES .....	45
CLÁUSULA 19 – DA RESPONSABILIDADE PERANTE TERCEIROS .....	46
<b>CAPÍTULO VIII - DA RELAÇÃO COM TERCEIROS .....</b>	<b>47</b>
CLÁUSULA 20 – DOS CONTRATOS COM TERCEIROS .....	47
<b>CAPÍTULO IX – DA FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO .....</b>	<b>48</b>
CLÁUSULA 21 – DA FISCALIZAÇÃO .....	48
CLÁUSULA 22 – DO GERENCIAMENTO DA EXECUÇÃO DA CONCESSÃO ADMINISTRATIVA .....	50
<b>CAPÍTULO X – DOS RISCOS, DOS GANHOS E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO .....</b>	<b>51</b>
CLÁUSULA 23 – DO CASO FORTUITO E FORÇA MAIOR .....	51
CLÁUSULA 24 – DO COMPARTILHAMENTO DOS GANHOS ECONÔMICOS ENTRE CONCESSIONÁRIA E PODER CONCEDENTE .....	53
CLÁUSULA 25 – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO .....	54
CLÁUSULA 26 – DO PROCEDIMENTO PARA RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO .....	58
<b>CAPÍTULO XI – DAS GARANTIAS E SEGUROS .....</b>	<b>60</b>
CLÁUSULA 27 – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO PELA CONCESSIONÁRIA .....	60
CLÁUSULA 28 – DA GARANTIA DE ADIMPLENTO DO CONTRATO PELO PODER CONCEDENTE .....	63
CLÁUSULA 29 – DA GARANTIA DE SATISFAÇÃO DO CRÉDITO DO FINANCIADOR PERANTE A CONCESSIONÁRIA .....	76





**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL**

CLÁUSULA 30 – DO PLANO DE SEGUROS .....	77
<b>CAPÍTULO XII – DO REGIME DE BENS DA CONCESSÃO ADMINISTRATIVA .....</b>	<b>80</b>
CLÁUSULA 31 – DOS BENS INTEGRANTES DA CONCESSÃO ADMINISTRATIVA .....	80
CLÁUSULA 32 – DA REVERSÃO DOS BENS INTEGRANTES DA CONCESSÃO ADMINISTRATIVA .....	82
<b>CAPÍTULO XIII – DAS SANÇÕES E PENALIDADES APLICÁVEIS À CONCESSIONÁRIA .....</b>	<b>84</b>
CLÁUSULA 33 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS .....	84
CLÁUSULA 34 – DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DA APLICAÇÃO DE PENALIDADES .....	92
<b>CAPÍTULO XIV – DA SOLUÇÃO DE CONFLITOS .....</b>	<b>93</b>
CLÁUSULA 35 – DA SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIAS TÉCNICAS .....	93
CLÁUSULA 36 – DO MECANISMO DE SOLUÇÃO AMIGÁVEL DE CONFLITOS .....	95
CLÁUSULA 37 – DA SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS .....	96
<b>CAPÍTULO XV – DA INTERVENÇÃO .....</b>	<b>98</b>
CLÁUSULA 38 – DA INTERVENÇÃO .....	98
<b>CAPÍTULO XVI – DA EXTINÇÃO DA CONCESSÃO ADMINISTRATIVA.....</b>	<b>102</b>
CLÁUSULA 39 – DOS CASOS DE EXTINÇÃO .....	102
CLÁUSULA 40 – DO ADVENTO DO TERMO CONTRATUAL .....	104
CLÁUSULA 41 – DA ENCAMPAÇÃO .....	104
CLÁUSULA 42 – DA CADUCIDADE .....	105
CLÁUSULA 43 – DA RESCISÃO .....	107
CLÁUSULA 44 – DA FALÊNCIA OU DA EXTINÇÃO DA CONCESSIONÁRIA .....	108
CLÁUSULA 45 – DA ANULAÇÃO .....	109
<b>CAPÍTULO XVII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS .....</b>	<b>109</b>
CLÁUSULA 46 – DO ACORDO COMPLETO .....	109

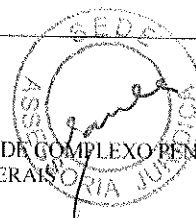




CLÁUSULA 47 – DA COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES .....	109
CLÁUSULA 48 – DA CONTAGEM DE PRAZOS .....	110
CLÁUSULA 49 – DO EXERCÍCIO DE DIREITOS .....	111
CLÁUSULA 50 – DA INVALIDADE PARCIAL E INDEPENDÊNCIA ENTRE AS CLÁUSULAS .....	111
CLÁUSULA 51 – DO FORO .....	112

## ANEXOS

- ANEXO I – EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 01/2008 – SEDS/MG
- ANEXO II – DOCUMENTOS DE PRÉ-QUALIFICAÇÃO
- ANEXO III – PROPOSTA ECONÔMICA
- ANEXO IV – ESTATUTO SOCIAL DA CONCESSIONÁRIA
- ANEXO V – COMPROMISSO DE INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL DA CONCESSIONÁRIA
- ANEXO VI – DOCUMENTAÇÃO DE FINANCIAMENTO
- ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO DE GARANTIAS
- ANEXO VIII – DOCUMENTAÇÃO DE SEGUROS (APÓLICES)
- ANEXO IX – CADERNO DE ENCARGOS DA CONCESSIONÁRIA
- ANEXO X - SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO E DE DISPONIBILIDADE
- ANEXO XI – MECANISMO DE PAGAMENTO
- ANEXO XII – CRONOGRAMA FÍSICO DAS OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA
- ANEXO XIII – MINUTA DO CONTRATO DE PENHOR
- ANEXO XIV – MINUTA DO CONTRATO COM O AGENTE GARANTIDOR





## CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

### CLÁUSULA 1 - DAS DEFINIÇÕES

1.1. São adotadas, neste CONTRATO, as definições transcritas neste item, compreendidos os respectivos plurais e vice-versa, conforme o caso, sem prejuízo de definições inseridas em outros pontos deste instrumento ou de seus ANEXOS.

**ADJUDICATÁRIO:** LICITANTE ao qual foi adjudicado o objeto da LICITAÇÃO.

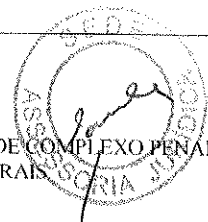
**AGENTE GARANTIDOR:** instituição financeira a ser contratada pela CONCESSIONÁRIA para a prestação de serviços de custódia, gerência e administração dos ativos relacionados às GARANTIAS DE ADIMPLEMENTO DO CONTRATO PELO PODER CONCEDENTE.

**ANEXOS:** os documentos que integram o presente CONTRATO.

**COEFICIENTE DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO E DE QUALIDADE DE DISPONIBILIDADE (COEF):** coeficiente resultante da ponderação dos índices de desempenho e de qualidade da disponibilidade, medido bimestralmente, nos termos do SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO E DISPONIBILIDADE.

**COMPLEXO PENAL:** sistema composto de UNIDADES PENAIS, cujas características referentes à obra, à infra-estrutura e aos serviços encontram-se indicadas nas especificações técnicas, conforme TERMO DE REFERÊNCIA PARA ELABORAÇÃO DA METODOLOGIA DE EXECUÇÃO do EDITAL.

**CONCESSÃO ADMINISTRATIVA:** delegação da construção e gestão do COMPLEXO PENAL à CONCESSIONÁRIA.







**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL**

**CONCESSIONÁRIA:** sociedade de propósito específico, na forma de sociedade anônima, constituída de acordo e sob as leis brasileiras, com o fim exclusivo de execução do objeto do CONTRATO.

**CONSELHO CONSULTIVO:** uma das instâncias de monitoramento da CONCESSIONÁRIA, consoante o disposto no CADERNO DE ENCARGOS DA CONCESSIONÁRIA.

**CONSÓRCIO:** grupo de pessoas jurídicas que se unem objetivando agregar capacitação técnica, econômica e financeira para a participação na LICITAÇÃO.

**CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA CHEIA:** valor utilizado como parte do cálculo da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA MENSAL. Representa o valor devido mensalmente na hipótese de alcance dos níveis máximos de desempenho.

**CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA MENSAL:** valor pecuniário, referente a cada mês desde a entrada em operação até o final do período de concessão, a ser efetivamente pago pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA, calculado com base na disponibilidade e ocupação das vagas das UNIDADES PENAIIS, incidindo, ao final, a variável COEF no referido cálculo.

**CONTRATO:** instrumento jurídico firmado entre as PARTES, visando a regular os termos da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA objeto do EDITAL.

**DOCUMENTOS DE PRÉ-QUALIFICAÇÃO:** conjunto de informações técnicas e operacionais mínimas apresentadas pelo LICITANTE, em etapa precedente ao julgamento, para construção de gestão do COMPLEXO PENAL.

**EDITAL:** documento licitatório contendo o conjunto de instruções, regras e condições que orientam o procedimento administrativo de seleção de CONCESSIONÁRIA apta a receber a CONCESSÃO ADMINISTRATIVA.





**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL**

**FINANCIADOR:** instituição financeira que proverá à CONCESSIONÁRIA recursos financeiros necessários à execução do objeto do CONTRATO.

**GARANTIA DE ADIMPLEMENTO DO CONTRATO PELO PODER CONCEDENTE:** mecanismo destinado a assegurar a continuidade do fluxo de pagamentos das parcelas remuneratórias devidas à CONCESSIONÁRIA, por meio do penhor de direitos creditórios de titularidade do PODER CONCEDENTE, no âmbito da vigência da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, especificado na cláusula 28 deste CONTRATO.

**ÍNDICE DE DESEMPENHO:** parâmetro utilizado neste CONTRATO para a medição do desempenho da CONCESSIONÁRIA na operação/gestão de cada unidade do COMPLEXO PENAL.

**ÍNDICE DE QUALIDADE DA DISPONIBILIDADE:** parâmetro utilizado neste CONTRATO para a medição do cumprimento dos requisitos exigidos com referência à disponibilidade e funcionalidade dos serviços, estrutura física e ativos do COMPLEXO PENAL, por parte da CONCESSIONÁRIA.

**LICITAÇÃO:** procedimento público conduzido pelo PODER CONCEDENTE para selecionar, entre as propostas apresentadas, a que melhor atenda ao interesse da Administração Pública, com base nos critérios previstos no EDITAL.

**LICITANTE:** pessoa jurídica que concorre à LICITAÇÃO, isoladamente ou reunida em CONSÓRCIO.

**METODOLOGIA DE EXECUÇÃO:** definição da concepção técnica a ser adotada pelo LICITANTE para a elaboração do projeto arquitetônico e demais componentes referentes à construção do COMPLEXO PENAL, conforme orientações constantes do TERMO DE REFERÊNCIA PARA ELABORAÇÃO DA METODOLOGIA DE EXECUÇÃO, anexo ao EDITAL.





**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL**

**PARÂMETRO ANUAL DE DESEMPENHO ou PAD:** nota referente ao desempenho operacional da CONCESSIONÁRIA, na execução do CONTRATO, calculada anualmente a partir do SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO E DISPONIBILIDADE, cuja finalidade é servir de base para o cálculo do valor da PARCELA ANUAL DE DESEMPENHO.

**PARÂMETRO DE EXCELÊNCIA ou "E":** parâmetro para a definição da bonificação a ser repassada à CONCESSIONÁRIA, pelo PODER CONCEDENTE, em virtude da atuação daquela relacionada tanto com o trabalho do sentenciado quanto com as características deste trabalho associadas à ressocialização dele, conforme MECANISMO DE PAGAMENTO, anexo ao CONTRATO.

**PARCELA ANUAL DE DESEMPENHO ou VPAD:** valor pago anualmente à CONCESSIONÁRIA em virtude de aspectos qualitativos de seu desempenho operacional, apurado com base no Plano e no Relatório anual elaborados pela CONCESSIONÁRIA e entregues à SEDS, conforme MECANISMO DE PAGAMENTO, anexo ao CONTRATO.

**PARTES:** PODER CONCEDENTE e CONCESSIONÁRIA.

**PLANO DE NEGÓCIOS:** projeções de todos os parâmetros e variáveis necessários à estruturação de um fluxo de caixa, tanto do negócio quanto de seus acionistas (incluindo, mas sem se limitar, a TIR – Taxa Interna de Retorno, projeções de volumes, receitas, custos, despesas, investimentos necessários para construção e gestão do COMPLEXO PENAL, taxas de desconto aplicáveis aos referidos fluxos de caixa etc.), visando a analisar e a avaliar a viabilidade econômico-financeira no período da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA.

**PODER CONCEDENTE:** o Estado de Minas Gerais.

**PROPOSTA ECONÔMICA:** proposta financeira referente ao VALOR DA VAGARIA DISPONIBILIZADA E OCUPADA EM UNIDADE PENAL DE REGIME FECHADO (VVG DIA), ofertada pela CONCESSIONÁRIA.





**SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO E DISPONIBILIDADE:**

conjunto dos medidores (sub-indicadores, indicadores, sub-notas, notas, sub-índices, índices, parâmetros, sub-totalizadores, totalizadores, super-totalizadores, etc.) utilizados para a mensuração da disponibilidade e do desempenho operacional da CONCESSIONÁRIA, com a definição do padrão aceitável e das cominações para o caso de não conformidade na execução do CONTRATO, visando a servir como base de cálculo para o pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA MENSAL por UNIDADE PENAL.

**SEDE:** Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais.

**SEDS:** Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais.

**SUPERTOTALIZADOR:** medidor da quantidade de VAGA DIA efetivamente disponibilizada em período determinado da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA.

**TERMO DEFINITIVO DE DEVOLUÇÃO DO COMPLEXO PENAL:**

documento contendo as informações sobre o COMPLEXO PENAL, apresentado pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE ao término ou extinção definitiva da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA.

**UNIDADES PENAIAS:** elementos que compõem o COMPLEXO PENAL, estanques e autônomos, destinados à execução da pena e à realização dos serviços auxiliares descrito no CADERNO DE ENCARGOS DA CONCESSIONÁRIA, anexo ao CONTRATO.

**VALOR ESTIMADO DO CONTRATO:** valor estimado, em data-base de 31 de dezembro de 2008, da soma dos valores nominais, da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA MENSAL e da PARCELA ANUAL DE DESEMPENHO, calculadas com base no teto do VALOR DA VAGA DIA DISPONIBILIZADA E OCUPADA EM UNIDADE DE REGIME FECHADO, ao longo do período da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA.





**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL**

**VAGA DIA:** unidade utilizada pelo SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO E DISPONIBILIDADE, bem como para o cálculo da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA MENSAL e que representa uma vaga durante um dia.

**VALOR DA VAGA DIA DISPONIBILIZADA E OCUPADA EM UNIDADE DE REGIME FECHADO ou VVG DIA:** valor usado como base para o cálculo da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA MENSAL.

**VERIFICADOR INDEPENDENTE:** entidade a ser contratada pelo PODER CONCEDENTE para o monitoramento permanente do processo de aferição do desempenho da CONCESSIONÁRIA, observados o SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO E DE DISPONIBILIDADE e o MECANISMO DE PAGAMENTO anexos a este CONTRATO.

## **CLÁUSULA 2 – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO**

2.1. Integram o presente CONTRATO, como partes indissociáveis, os seguintes ANEXOS:

- a) ANEXO I – EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 01/2008 – SEDS;
- b) ANEXO II – DOCUMENTOS DE PRÉ-QUALIFICAÇÃO TÉCNICA;
- c) ANEXO III – PROPOSTA ECONÔMICA;
- d) ANEXO IV – ESTATUTO SOCIAL DA CONCESSIONÁRIA;
- e) ANEXO V – COMPROMISSO DE INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL DA CONCESSIONÁRIA;
- f) ANEXO VI – DOCUMENTAÇÃO DE FINANCIAMENTO;
- g) ANEXO VII – DOCUMENTAÇÃO DE GARANTIAS;
- h) ANEXO VIII – DOCUMENTAÇÃO DE SEGUROS (APÓLICES);
- i) ANEXO IX – CADERNO DE ENCARGOS DA CONCESSIONÁRIA;
- j) ANEXO X - SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO E DE DISPONIBILIDADE;
- l) ANEXO XI – MECANISMO DE PAGAMENTO;





- m) ANEXO XII – CRONOGRAMA FÍSICO DAS OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA;
- n) ANEXO XIII – CONTRATO DE PENHOR;
- o) ANEXO XIV – CONTRATO COM O AGENTE GARANTIDOR.

### **CLÁUSULA 3 – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DO REGIME JURÍDICO DO CONTRATO**

3.1. O CONTRATO está sujeito às leis vigentes no Brasil, com expressa renúncia à aplicação de qualquer outra.

3.2. A CONCESSÃO ADMINISTRATIVA será regida pela Constituição Federal de 1988, pela Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004; pela Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; pela Lei Federal nº 9.074, de 07 de julho de 1995, pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho 1993; pela Lei Federal nº 9.307, de 23 de setembro de 1996; pela Lei Estadual nº 14.868, de 16 de dezembro de 2003; pela Lei Estadual nº 14.869, de 16 de dezembro de 2003; pelo Decreto Estadual nº 43.702, de 16 de dezembro de 2003; pelas normas técnicas e instruções normativas pertinentes e pelo Edital de Concorrência Pública nº 01/2008 – SEDS e seus ANEXOS.

3.3. As referências às normas aplicáveis à CONCESSÃO ADMINISTRATIVA deverão também ser compreendidas como referências à legislação que as substituam ou modifiquem.

3.4. Este CONTRATO regula-se pelas suas disposições e pelos preceitos de direito público, sendo-lhe aplicáveis, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

### **CLÁUSULA 4 – DA INTERPRETAÇÃO**

4.1. Na interpretação, integração ou aplicação de qualquer disposição do CONTRATO, deverão ser consideradas as cláusulas contratuais e, depois, as disposições dos ANEXOS que nele se consideram integrados, conforme indicado na CLÁUSULA 2.





4.1.1. No caso de divergência entre as disposições do CONTRATO e as disposições dos ANEXOS que o integram, prevalecerão as disposições do CONTRATO.

4.2. Quaisquer custos relativos à interpretação do presente CONTRATO e de orientações e determinações oriundas da SEDS à CONCESSIONÁRIA correrão às expensas desta.

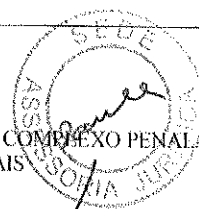
## **CAPÍTULO II – DO OBJETO, PRAZO E TRANSFERÊNCIA DA CONCESSÃO ADMINISTRATIVA**

### **CLÁUSULA 5 – DO OBJETO**

5.1. O objeto do presente CONTRATO é a CONCESSÃO ADMINISTRATIVA para a construção e gestão de COMPLEXO PENAL, em conformidade com os requisitos contidos neste CONTRATO, no EDITAL e respectivos ANEXOS, e nas propostas e demais documentos apresentados pela CONCESSIONÁRIA na LICITAÇÃO.

5.1.1. As características e especificações técnicas referentes à construção e gestão do COMPLEXO PENAL estão indicadas no EDITAL e seus ANEXOS, em especial no CADERNO DE ENCARGOS DA CONCESSIONÁRIA, no TERMO DE REFERÊNCIA PARA ELABORAÇÃO DA METODOLOGIA DE EXECUÇÃO e nos CRITÉRIOS PARA HABILITAÇÃO DA METODOLOGIA DE EXECUÇÃO, devendo considerar, igualmente, o conteúdo dos DOCUMENTOS DE PRÉ-QUALIFICAÇÃO, bem como nas propostas e demais documentos apresentados pela CONCESSIONÁRIA na LICITAÇÃO.

5.1.2. Sem prejuízo do disposto no EDITAL e seus ANEXOS, bem como nos DOCUMENTOS DE PRÉ-QUALIFICAÇÃO e na PROPOSTA ECONÔMICA, a construção e a gestão do COMPLEXO PENAL deverão obedecer ao disposto nas normas, padrões e demais procedimentos dispostos na legislação aplicável.





**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL**

5.2. Por meio deste CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA cede ao PODER CONCEDENTE o direito de livre utilização do projeto e demais informações contidas na METODOLOGIA DE EXECUÇÃO apresentados na LICITAÇÃO.

**CLÁUSULA 6 – DO PRAZO**

6.1. O prazo de vigência do CONTRATO é de 27 (vinte e sete) anos, contados a partir da data de sua assinatura.

6.2. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado, de forma a assegurar a efetiva e adequada gestão do COMPLEXO PENAL pela CONCESSIONÁRIA, respeitados os limites estabelecidos na legislação aplicável, bem como as hipóteses contempladas neste CONTRATO.

6.2.1. A eventual prorrogação do prazo do CONTRATO estará subordinada a razões de interesse público devidamente fundamentadas e à revisão das cláusulas e condições estipuladas no CONTRATO.

6.2.2. A prorrogação poderá ocorrer por iniciativa da CONCESSIONÁRIA, desde que sua manifestação seja expressa, com antecedência mínima de 12 (doze) meses do termo final deste CONTRATO.

6.2.2.1 O requerimento de prorrogação deverá ser acompanhado dos comprovantes de regularidade e adimplemento das obrigações fiscais, previdenciárias e dos compromissos e encargos assumidos com os órgãos da Administração Pública, referentes à construção e gestão do COMPLEXO PENAL, bem como de quaisquer outros encargos previstos nas normas legais e regulamentares então vigentes.

6.2.2.2. O PODER CONCEDENTE manifestar-se-á sobre o requerimento de prorrogação até o oitavo mês anterior ao término do prazo do CONTRATO.







6.2.2.3. Na análise do pedido de prorrogação, sem prejuízo do disposto no item 6.2.1., o PODER CONCEDENTE levará em consideração todas as informações sobre a construção e gestão do COMPLEXO PENAL, em especial o cumprimento dos requisitos de serviço adequado, por parte da CONCESSIONÁRIA, conforme relatórios técnicos fundamentados, emitidos pela fiscalização do PODER CONCEDENTE, devendo aprovar ou rejeitar o pleito dentro do prazo acima previsto.

#### **CLÁUSULA 7 – DA TRANSFERÊNCIA DA CONCESSÃO ADMINISTRATIVA**

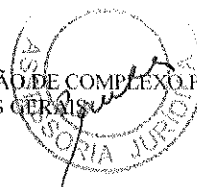
7.1. Durante todo o prazo de vigência deste CONTRATO, a transferência da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA só poderá ocorrer mediante prévia anuência do PODER CONCEDENTE, e desde que não coloque em risco a execução deste CONTRATO.

7.2. A transferência total ou parcial da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, mesmo indiretamente por meio de controladoras, sem prévia autorização do PODER CONCEDENTE, implicará a imediata caducidade da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA.

7.3. A transferência da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA somente será autorizada quando as atividades e os serviços estiverem sendo prestados há pelo menos 02 (dois) anos, e mediante a comprovação do cumprimento regular das obrigações assumidas neste CONTRATO.

7.4. Para fins de obtenção da anuência para transferência da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, o interessado deverá:

- a) atender às exigências de capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica e fiscal necessárias à assunção do objeto da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA;
- b) prestar e/ou manter as garantias pertinentes, conforme o caso; e





c) comprometer-se a cumprir todas as cláusulas deste CONTRATO.

### CAPÍTULO III – DA CONCESSIONÁRIA

#### CLÁUSULA 8 – DA FINALIDADE E DO CAPITAL SOCIAL

8.1. A CONCESSIONÁRIA deverá indicar em seu estatuto, como finalidade exclusiva, a exploração do objeto da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, sendo seus estatutos e sua composição acionária aqueles apresentados na LICITAÇÃO e constantes do ESTATUTO SOCIAL DA CONCESSIONÁRIA, anexo a este CONTRATO.

8.2. O capital social subscrito da CONCESSIONÁRIA deverá ser igual ou superior a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), na data base do contrato, e sua parcela integralizada em dinheiro de, no mínimo, 10% (dez por cento) do capital subscrito, perfazendo um montante igual ou superior a R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais).

8.3. O capital social da CONCESSIONÁRIA será integralizado nos termos estabelecidos no compromisso de integralização do capital social, firmado pelos acionistas, que constitui o COMPROMISSO DE INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL DA CONCESSIONÁRIA, anexo a este CONTRATO.

8.3.1. No caso de integralização em bens, o processo avaliativo deverá observar, rigorosamente, as normas da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

8.3.2. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a manter o PODER CONCEDENTE permanentemente informado sobre cumprimento do COMPROMISSO DE INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL DA CONCESSIONÁRIA, anexo a este CONTRATO, sendo facultado ao PODER CONCEDENTE realizar as diligências e auditorias necessárias à verificação da regularidade da situação.





**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL**

8.3.3. A CONCESSIONÁRIA não poderá, durante todo o prazo da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, reduzir o seu capital, a nenhum título, sem prévia e expressa autorização do PODER CONCEDENTE.

8.4. A CONCESSIONÁRIA deverá obedecer aos padrões e às boas práticas de governança corporativa e adotar contabilidade e demonstrações financeiras padronizadas, nos termos do § 3º, art. 9º, da Lei Federal nº 11.079/04.

8.5. A CONCESSIONÁRIA poderá emitir obrigações, debêntures ou títulos financeiros similares que representem obrigações de sua responsabilidade, em favor de terceiros, observadas as disposições contidas nas cláusulas 7 e 10 deste CONTRATO.

8.6. Os recursos à disposição da CONCESSIONÁRIA deverão ser aplicados exclusivamente no desenvolvimento de atividades relacionadas à CONCESSÃO ADMINISTRATIVA de que trata este CONTRATO, ressalvadas unicamente as aplicações financeiras, cuja respectiva receita é considerada acessória.

**CLÁUSULA 9 – DA PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES**

9.1. Durante todo o prazo da CONCESSÃO, e sem prejuízo das demais obrigações de prestar as informações estabelecidas neste CONTRATO ou na legislação aplicável, a CONCESSIONÁRIA obriga-se a:

a) dar conhecimento imediato de todo e qualquer evento que possa vir a prejudicar ou impedir o pontual e tempestivo cumprimento das obrigações previstas no CONTRATO e que possa constituir causa de intervenção, caducidade da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA ou, ainda, rescisão do CONTRATO;

b) dar conhecimento imediato de toda e qualquer situação que corresponda a fatos que alterem, de modo relevante, o normal desenvolvimento da prestação do serviço, apresentando, por escrito e no prazo necessário, relatório detalhado





sobre esses fatos, incluindo, se for o caso, a contribuição de entidades especializadas, externas à CONCESSIONÁRIA, com as medidas tomadas ou em curso para superar ou sanar os fatos referidos.

#### **CLÁUSULA 10 – DA TRANSFERÊNCIA DO CONTROLE DA CONCESSIONÁRIA E DAS ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS**

10.1. Durante todo o prazo de vigência do CONTRATO, o controle societário da CONCESSIONÁRIA somente poderá ser transferido mediante prévia e expressa autorização do PODER CONCEDENTE, sob pena de caducidade da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA.

10.2. A CONCESSIONÁRIA compromete-se a não efetuar, em seus livros sociais, sem a prévia anuência do PODER CONCEDENTE, qualquer registro que importe em cessão, transferência ou oneração das ações que compõem o controle societário.

10.3. A transferência do controle societário da CONCESSIONÁRIA somente será autorizada pelo PODER CONCEDENTE quando:

- a) a medida não prejudicar, tampouco colocar em risco a execução do CONTRATO; e
- b) a CONCESSÃO ADMINISTRATIVA estiver em execução há pelo menos 02 (dois) anos, mediante comprovação do cumprimento regular das obrigações assumidas neste CONTRATO.

10.4 A prévia autorização do PODER CONCEDENTE é indispensável mesmo no caso de transferência indireta do controle por meio de controladoras, ou mesmo em hipótese de acordo de votos.

10.4.1 Para fins deste item, levar-se-ão em conta as transferências que eventualmente ocorrerem a partir da data de assinatura do CONTRATO, de forma cumulativa.





**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL**

10.5 Observado o disposto nos itens 10.6.2, 10.6.3 e 10.6.4 abaixo, para a obtenção da anuência para transferência do controle societário, o pretendente deverá:

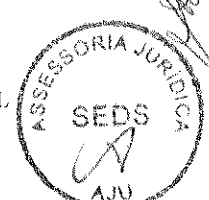
- a) atender às exigências de capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica e fiscal necessárias à assunção do objeto da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA;
- b) prestar e/ou manter as garantias pertinentes, conforme o caso; e
- c) comprometer-se a cumprir todas as cláusulas deste CONTRATO.

10.6 A transferência do controle da CONCESSIONÁRIA para os seus FINANCIADORES, com o objetivo de promover a sua reestruturação financeira e assegurar a continuidade da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, deverá ser prévia e expressamente autorizada pelo PODER CONCEDENTE.

10.6.1. Observado o disposto nos itens 10.6.2, 10.6.3 e 10.6.4 abaixo, para fins de obtenção da autorização para transferência do controle societário para os FINANCIADORES, estes deverão:

- a) apresentar plano relativo à promoção da reestruturação financeira da CONCESSIONÁRIA e da continuidade da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA;
- b) prestar e/ou manter as garantias pertinentes, conforme o caso; e
- c) assegurar o cumprimento de todas as cláusulas previstas neste CONTRATO.

10.6.2. O pedido para a autorização da transferência do controle deverá ser apresentado ao PODER CONCEDENTE, por escrito, pela CONCESSIONÁRIA e/ou pelo(s) FINANCIADORE(S), conforme o caso, contendo a justificativa para tanto, bem como elementos que possam subsidiar a análise do pedido.





**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL**

10.6.3. O PODER CONCEDENTE examinará o pedido no prazo de até 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual período, caso necessário, podendo, a seu critério, solicitar esclarecimentos e/ou documentos adicionais à CONCESSIONÁRIA e/ou ao(s) FINANCIADORE(S), convocar os acionistas controladores da CONCESSIONÁRIA e promover quaisquer diligências que considerar adequadas.

10.6.4. A autorização para a transferência do controle da CONCESSIONÁRIA, caso seja concedida pelo PODER CONCEDENTE, será formalizada, por escrito, indicando as condições e requisitos para sua realização.

10.7. A CONCESSIONÁRIA deverá submeter à prévia autorização do PODER CONCEDENTE qualquer modificação no respectivo estatuto social, durante todo o período da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, especialmente no que se refere à cisão, fusão, transformação, incorporação.

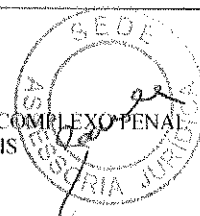
10.8. Os documentos que formalizarem alteração estatutária da CONCESSIONÁRIA deverão ser encaminhados ao PODER CONCEDENTE para arquivamento, passando a fazer parte integrante deste CONTRATO.

10.9. Quer na hipótese de transferência do controle societário da CONCESSIONÁRIA, quer na de alteração estatutária desta, deverão ser mantidas as condições que ensejaram a celebração do CONTRATO.

## **CAPÍTULO IV – DOS FINANCIAMENTOS**

### **CLÁUSULA 11 – DOS FINANCIAMENTOS**

11.1. A CONCESSIONÁRIA, caso necessitar, será responsável pela obtenção, aplicação e gestão dos financiamentos necessários ao normal desenvolvimento da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, de modo que se cumpram, cabal e tempestivamente, todas as obrigações assumidas neste CONTRATO.





11.2. A CONCESSIONÁRIA não poderá alegar qualquer disposição, cláusula ou condição do(s) contrato(s) de financiamento porventura contratado(s), ou qualquer atraso no desembolso dos recursos, para se eximir, total ou parcialmente, das obrigações assumidas neste CONTRATO, cujos termos deverão ser de pleno conhecimento dos FINANCIADORES respectivos.

## **CAPÍTULO V – DO VALOR ESTIMADO DO CONTRATO E DA REMUNERAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA**

### **CLÁUSULA 12 – DO VALOR ESTIMADO DO CONTRATO**

12.1. O VALOR ESTIMADO DO CONTRATO é de R\$ 2.111.476.080 (dois bilhões e cento e onze milhões e quatrocentos e setenta e seis mil, setecentos e oitenta reais), calculado com base na soma dos valores nominais, constantes em valores de 2008, da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA MENSAL e da PARCELA ANUAL DE DESEMPENHO, calculadas com base no teto do VALOR DA VAGA DIA DISPONIBILIZADA E OCUPADA EM UNIDADE DE REGIME FECHADO, ao longo do período de CONCESSÃO ADMINISTRATIVA.

12.2 O teto do VALOR DA VAGA DIA DISPONIBILIZADA E OCUPADA EM UNIDADE DE REGIME FECHADO previsto no item 10.12 e do EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 01/2008 – SEDS é de R\$ 75,00 (setenta e cinco reais), sendo que o VALOR DA VAGA DIA DISPONIBILIZADA E OCUPADA EM UNIDADE DE REGIME FECHADO proposto pela CONCESSIONÁRIA e adjudicado na LICITAÇÃO é de R\$ 74,63 (setenta e quatro reais e sessenta e três centavos), na data base da PROPOSTA ECONÔMICA.

### **CLÁUSULA 13 - DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS QUE ACOBERTARÃO AS DESPESAS DO CONTRATO**

13.1. As despesas do presente CONTRATO correrão à conta do crédito orçamentário nº 1451.06.421.020.1.325.0001.336039.54.10.1.1 e pelos créditos orçamentários





correspondentes para os próximos exercícios financeiros, conforme definido nas respectivas leis orçamentárias.

#### **CLÁUSULA 14 – DA REMUNERAÇÃO DO PODER CONCEDENTE À CONCESSIONÁRIA E DA FORMA DE PAGAMENTO**

14.1. A remuneração da CONCESSIONÁRIA será composta pelas seguintes parcelas para cada UNIDADE PENAL:

- a) CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA MENSAL;
- b) PARCELA ANUAL DE DESEMPENHO; e
- c) PARCELA REFERENTE AO PARÂMETRO DE EXCELÊNCIA.

14.1.1. A CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA MENSAL visa a remunerar a CONCESSIONÁRIA pelos serviços prestados no âmbito deste CONTRATO, observada a aplicação do COEFICIENTE DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO E DE QUALIDADE DE DISPONIBILIDADE (COEF) obtido por meio da apuração do ÍNDICE DE DESEMPENHO e do ÍNDICE COMPOSTO DE QUALIDADE DA DISPONIBILIDADE, conforme o MECANISMO DE PAGAMENTO e o SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO E DISPONIBILIDADE, anexos a este CONTRATO.

14.1.2. A PARCELA ANUAL DE DESEMPENHO visa a remunerar a CONCESSIONÁRIA pelos aspectos qualitativos de seu desempenho operacional, anualmente apurados com base nos Planos e nos Relatórios anuais por ela elaborados e entregues ao PODER CONCEDENTE, conforme o MECANISMO DE PAGAMENTO e o SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO E DISPONIBILIDADE, anexos a este CONTRATO.

14.1.3. A PARCELA REFERENTE AO PARÂMETRO DE EXCELÊNCIA visa a remunerar a CONCESSIONÁRIA pela sua atuação relacionada à garantia da adequada







**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL**

ocupação do tempo do sentenciado com o trabalho remunerado, conforme o MECANISMO DE PAGAMENTO e o SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO E DISPONIBILIDADE, anexos a este CONTRATO.

14.2. A CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA MENSAL será paga mensalmente a partir da entrada em funcionamento da primeira UNIDADE PENAL, e seu cálculo, consoante descrito no MECANISMO DE PAGAMENTO, anexo a este CONTRATO, é equivalente à aplicação dos descontos decorrentes do SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO E DISPONIBILIDADE sobre a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA CHEIA (CNTRPRCH).

14.2.1 A CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA CHEIA, para UNIDADES PENAS do regime fechado será calculada por meio da seguinte equação:

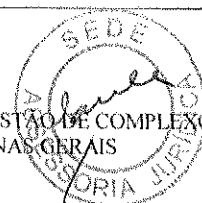
$$\text{CNTRPRCH} = \text{VVG DIA} * (\text{SUPTLZD} * 0,9 + \text{OCUP} * 0,1)$$

onde:

VVG DIA é o VALOR DA VAGA DIA DISPONIBILIZADA E OCUPADA EM UNIDADE PENAL DE REGIME FECHADO; conforme constante da PROPOSTA ECONÔMICA, anexa a este CONTRATO.

SUPTLZD é o Supertotalizador da respectiva UNIDADE PENAL (este número representa o total apurado de vagas dia disponibilizadas na respectiva UNIDADE PENAL durante o mês); e

OCUP é o número total de vagas dia ocupadas na respectiva UNIDADE PENAL durante o mês.





**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL**

14.2.2 A CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA CHEIA, para UNIDADES PENAIS do regime semi-aberto será calculada por meio da seguinte equação:

$$\text{CNTRPR} = \text{VVG DIA} * (\text{SUPTLZD} * 0,9 + \text{OCUP} * 0,8 * 0,1)$$

onde:

VVG DIA é o VALOR DA VAGA DIA DISPONIBILIZADA E OCUPADA EM UNIDADE PENAL DE REGIME FECHADO; conforme constante na PROPOSTA ECONOMICA , anexa a este CONTRATO;

SUPTLZD é o Supertotalizador da respectiva UNIDADE PENAL (este número representa o total apurado de vagas dia disponibilizadas na respectiva UNIDADE PENAL durante o mês); e

OCUP é o número total de vagas dia ocupadas na respectiva UNIDADE PENAL durante o mês.

14.3. Além da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA MENSAL, a CONCESSIONÁRIA fará jus às seguintes parcelas:

- a) PARCELA ANUAL DE DESEMPENHO, conforme os termos do item 2.2. do MECANISMO DE PAGAMENTO, anexo a este CONTRATO;
- b) PARCELA REFERENTE AO PARÂMETRO DE EXCELÊNCIA, conforme os termos do item 2.3 também do MECANISMO DE PAGAMENTO, anexo a este CONTRATO.





**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL**

14.4. O VALOR DA VAGA DIA DISPONIBILIZADA E OCUPADA EM UNIDADE PENAL DE REGIME FECHADO (VVG DIA) será reajustado a cada 12 (doze) meses a contar da data base da PROPOSTA ECONÔMICA pela fórmula paramétrica abaixo:

$$VVG DIA_{n+1} = (1 + IPCA) * VVG DIA_n$$

onde:

VVG DIA<sub>n</sub> é o VALOR DA VAGA DIA DISPONIBILIZADA E OCUPADA EM UNIDADE PENAL DE REGIME FECHADO original ou calculado no último reajuste;

VVG DIA<sub>n+1</sub> é o VALOR DA VAGA DIA DISPONIBILIZADA E OCUPADA EM UNIDADE PENAL DE REGIME FECHADO a ser praticado a partir da data da majoração;

IPCA é a Variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo do IBGE verificada dentro da periodicidade permitida em lei federal, considerada a partir da data-base da PROPOSTA ECONÔMICA.

14.5. A CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA MENSAL será paga pelo PODER CONCEDENTE mediante recursos oriundos de seu próprio orçamento. Para tanto, o PODER CONCEDENTE obriga-se a elaborar e executar os orçamentos e demais instrumentos necessários, levando-se em conta o dever de pagar a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA MENSAL a tempo e modo.

14.6. Caso, para manter-se adimplente frente à Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), o PODER CONCEDENTE precise reduzir despesas, não poderá reduzir o valor ou suspender o pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA MENSAL, promovendo a inclusão desta previsão junto às leis orçamentárias pertinentes durante todo o prazo de vigência deste CONTRATO.





**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL**

14.7. Para o recebimento da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA MENSAL, a CONCESSIONÁRIA deve apresentar, mensalmente, os comprovantes de recolhimento das Contribuições Sociais e Previdenciárias (FGTS, INSS e PIS) referentes à CONCESSÃO ADMINISTRATIVA e aos seus empregados em atividade na execução da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, sem os quais não serão liberados os pagamentos das faturas apresentadas até a devida apresentação dos comprovantes.

14.8. A CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA MENSAL, a PARCELA ANUAL DE DESEMPENHO e a PARCELA REFERENTE AO PARÂMETRO DE EXCELÊNCIA constituem as únicas remunerações devidas à CONCESSIONÁRIA pelo PODER CONCEDENTE, em virtude da execução do objeto deste CONTRATO, estando incluídos nestes valores, todos os custos diretos e indiretos e demais despesas operacionais, inclusive investimento, depreciação, manutenção e operação da frota de veículos; salários e encargos sociais, trabalhistas e previdenciários; impostos, taxas; obrigações trabalhistas, as relacionadas com a medicina e segurança do trabalho, uniformes e as decorrentes das convenções coletivas de trabalho; ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados; bem como administração e lucro; dentre outros que, direta ou indiretamente, se relacionam com o fiel cumprimento deste CONTRATO.

14.9. Nenhum pagamento efetuado poderá ser invocado pela CONCESSIONÁRIA para isentá-la, em qualquer tempo, das responsabilidades contratuais, direta ou indiretamente, relacionadas à execução do objeto deste CONTRATO.

14.10. A CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA MENSAL poderá ser empenhada diretamente ao financiador, na forma prevista no art. 5º, § 2º, inciso II, da Lei Federal nº 11.079/04.

14.11. Para o recebimento da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA MENSAL, a CONCESSIONÁRIA deverá emitir, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, fatura correspondente e enviá-la ao PODER CONCEDENTE e ao VERIFICADOR INDEPENDENTE, juntamente com o Relatório de Ocupação e Quantificação da Disponibilidade, a ser por ela elaborado mensalmente.





**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL**

14.11.1. O valor da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA MENSAL será calculado conforme o disposto no MECANISMO DE PAGAMENTO, anexo a este CONTRATO, resultando da soma de duas parcelas distintas, a saber:

a) Parcela I: parcela de “valor positivo”, referente à disponibilidade e à ocupação mensal das vagas nas UNIDADES PENAIS (CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA CHEIA) e;

b) Parcela II: parcela de “valor negativo”, correspondente aos descontos advindos do SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO E DISPONIBILIDADE, e que incidirá sobre a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA CHEIA.

14.12. O pagamento da Parcela I será realizado mensalmente pelo PODER CONCEDENTE, no prazo de 10 (dez) dias contados do recebimento dos documentos mencionados no item acima, observados as eventuais ressalvas quanto à quantificação da disponibilidade e ocupação realizadas pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE e os descontos decorrentes.

14.13. Os descontos correspondentes à Parcela II, quando for o caso, incidirão sobre a Parcela I com a defasagem temporal descrita na tabela abaixo:

PARCELA I	PARCELA II (DESCONTO)
-----------	-----------------------





**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL**

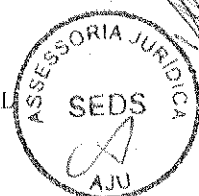
referente ao mês de:	será paga no mês de:	junto com:	referente ao mês de:	será descontado no mês de:
Janeiro	Fevereiro		novembro	fevereiro
Fevereiro	Março		dezembro	março
Março	Abril		Janeiro	abril
Abril	Maio		fevereiro	maio
Maio	Junho		Março	junho
Junho	Julho		Abril	julho
Julho	Agosto		Maio	agosto
Agosto	Setembro		Junho	setembro
Setembro	Outubro		Julho	outubro
Outubro	Novembro		Agosto	novembro
Novembro	Dezembro		setembro	dezembro
Dezembro	Janeiro		Outubro	janeiro

14.13.1. Os descontos correspondentes à Parcela II decorrerão do SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO E DE DISPONIBILIDADE e do MECANISMO DE PAGAMENTO, anexos a este CONTRATO, tendo por base os relatórios referentes ao ÍNDICE COMPOSTO DE QUALIDADE DA DISPONIBILIDADE e ao ÍNDICE DE DESEMPENHO elaborados bimestralmente pela CONCESSIONÁRIA e enviados ao PODER CONCEDENTE e ao VERIFICADOR INDEPENDENTE até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao bimestre correspondente ao serviço prestado.

14.13.2. Os descontos mencionados no item anterior serão efetivados pelo PODER CONCEDENTE na forma da tabela descrita no item 14.13., tendo por base os apontamentos realizados pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE sobre os relatórios referentes ao ÍNDICE COMPOSTO DE QUALIDADE DA DISPONIBILIDADE e ao ÍNDICE DE DESEMPENHO.

14.13.3. O PODER CONCEDENTE disporá de um prazo de 20 (vinte) dias úteis para analisar os relatórios a fim de permitir o cronograma de pagamento e os descontos descritos na tabela do item 14.13.

14.14. A PARCELA ANUAL DE DESEMPENHO será adimplida anualmente pelo PODER CONCEDENTE, com base nos Planos e nos Relatórios anuais previstos neste CONTRATO e





**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL**

em seus anexos, elaborados pela CONCESSIONÁRIA e entregues ao PODER CONCEDENTE.

14.14.1. Os Planos e Relatórios anuais elaborados pela CONCESSIONÁRIA deverão ser entregues para o CONSELHO CONSULTIVO até o dia 15 (quinze) de fevereiro do ano subsequente ao da prestação dos serviços.

14.14.2. O CONSELHO CONSULTIVO deverá analisar os Planos e Relatórios recebidos e encaminhá-los para apreciação da SEDS até o dia 15 (quinze) de março do respectivo ano, com sua análise e conclusão sobre os relatórios, podendo a SEDS analisar, aprovar ou rejeitar os documentos recebidos.

14.15. O pagamento da PARCELA ANUAL DE DESEMPENHO, caso os Planos e Relatórios sejam aprovados pela SEDS, deverá ser realizado pelo PODER CONCEDENTE até o último dia útil de abril do ano em referência.

14.15.1. O valor da PARCELA ANUAL DE DESEMPENHO (PAD) não poderá exceder 1,5% (um e meio por cento) da receita total referente à CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA MENSAL auferida pela CONCESSIONÁRIA nos 12 (doze) meses a que corresponder a PAD.

14.16. O PARÂMETRO DE EXCELÊNCIA será adimplido bimestralmente pelo PODER CONCEDENTE com base na parcela de ressarcimento recebido pelo PODER CONCEDENTE como fruto do trabalho dos sentenciados de cada UNIDADE PENAL do COMPLEXO PENAL.

14.16.1 A CONCESSIONÁRIA terá direito a um determinado percentual sobre a parcela de ressarcimento recebida pelo PODER CONCEDENTE, fruto do trabalho remunerado do sentenciado, conforme os termos do SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO E DISPONIBILIDADE e do MECANISMO DE PAGAMENTO, anexos a este CONTRATO, em função de sua





**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL**

atuação relacionada com a ocupação do tempo do sentenciado com atividades educacionais e laborais.

14.17. O pagamento dar-se-á na forma da Lei Federal nº 11.079/2004, art. 6º, alínea I, por crédito na conta corrente da CONCESSIONÁRIA, por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, a crédito do beneficiário.

**CAPÍTULO VI – DA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DA CONCESSIONÁRIA**

**CLÁUSULA 15 – DO SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO E DISPONIBILIDADE**

15.1. Constitui pressuposto da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA a adequada qualidade das atividades e serviços prestados pela CONCESSIONÁRIA, considerando-se como tal as atividades e os serviços que satisfizerem às condições de regularidade, eficiência, segurança e atualidade previstos neste CONTRATO e seus anexos, bem como nas normas aplicáveis.

15.1.1. A regularidade será caracterizada pela prestação continuada das atividades e serviços com estrita observância das normas legais e regulamentares pertinentes.

15.1.2. A eficiência será caracterizada pela consecução e preservação dos parâmetros constantes deste CONTRATO e pela prestação de serviços ao sentenciado a tempo e modo.

15.1.3. A atualidade será caracterizada pela modernidade dos equipamentos, das instalações e das técnicas de prestação das atividades e serviços, com a absorção dos avanços tecnológicos advindos ao longo do prazo da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA que agreguem valor e representem benefícios aos sentenciados e/ou às atividades de administração penitenciária, nos termos deste CONTRATO.

15.2. A continuidade das obras, atividades e serviços prestados no âmbito da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA constitui elemento essencial ao regime de sua prestação.







15.2.1. A continuidade caracteriza-se pela não interrupção das obras, atividades e serviços, observadas as hipóteses de suspensão da execução pela CONCESSIONÁRIA, nos termos legais e deste CONTRATO.

15.2.2. Não será considerada violação da continuidade a interrupção circunstancial do serviço decorrente de situação de emergência, motivada por razões de ordem técnica ou de segurança, sendo necessária a comunicação formal imediata ao PODER CONCEDENTE.

15.3. A CONCESSIONÁRIA não poderá interromper a execução das obras, bem como a prestação das atividades e serviços objeto deste CONTRATO sob a alegação de inadimplemento por parte do PODER CONCEDENTE, não se permitindo à CONCESSIONÁRIA invocar a exceção por inadimplemento contratual.

15.4. A CONCESSIONÁRIA deverá observar os parâmetros e medidores estabelecidos no SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO E DE DISPONIBILIDADE, bem como os parâmetros e medidores apresentados pela CONCESSIONÁRIA nos DOCUMENTOS DE PRÉ-QUALIFICAÇÃO, anexo deste CONTRATO.

15.5. O SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO E DE DISPONIBILIDADE será utilizado para a determinação do ÍNDICE DE DESEMPENHO e do ÍNDICE COMPOSTO DE QUALIDADE DA DISPONIBILIDADE, condicionando o cálculo do valor da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA MENSAL, nos termos da CLÁUSULA 14.

15.6. O SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO E DE DISPONIBILIDADE visa a permitir ao PODER CONCEDENTE:

a) monitorar a qualidade do serviço prestado pela CONCESSIONÁRIA;

b) auferir o valor da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA MENSAL;





c) auferir o valor da PARCELA ANUAL DE DESEMPENHO;

d) auferir o valor da PARCELA REFERENTE AO PARÂMETRO DE EXCELÊNCIA;

e) aplicar, quando cabível, as penalidades por desempenho abaixo dos parâmetros mínimos estabelecidos no SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO E DE DISPONIBILIDADE, nos DOCUMENTOS DE PRÉ-QUALIFICAÇÃO, no CADERNO DE ENCARGOS DA CONCESSIONÁRIA e demais normas e anexos deste CONTRATO.

15.7. A avaliação do desempenho operacional da CONCESSIONÁRIA, na execução do CONTRATO, será feita consoante o disposto no SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO E DE DISPONIBILIDADE e nos DOCUMENTOS DE PRÉ-QUALIFICAÇÃO, anexos deste CONTRATO.

15.8. A CONCESSIONÁRIA arcará com todos os custos necessários ao atendimento dos parâmetros e medidores mínimos de desempenho, previstos no SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO E DE DISPONIBILIDADE e nos DOCUMENTOS DE PRÉ-QUALIFICAÇÃO, bem como com todas as exigências e padrões previstos no CADERNO DE ENCARGOS DA CONCESSIONÁRIA, anexos deste CONTRATO.

15.9. Para efeitos de verificação de qualidade e mensuração do valor da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA MENSAL, o SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO E DE DISPONIBILIDADE tem como classes de parâmetros os seguintes:

a) ÍNDICE DE DESEMPENHO;

b) ÍNDICE COMPOSTO DE QUALIDADE DA DISPONIBILIDADE.

15.10. O cálculo para pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA MENSAL está especificado no MECANISMO DE PAGAMENTO, anexo deste CONTRATO.





15.11. Para efeitos de verificação de qualidade e mensuração do valor da PARCELA ANUAL DE DESEMPENHO, o SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO E DE DISPONIBILIDADE tem como medidor o PARÂMETRO ANUAL DE DESEMPENHO, cujo cálculo para pagamento está especificado no MECANISMO DE PAGAMENTO, anexos deste CONTRATO.

15.12. Para efeitos de verificação de qualidade e mensuração do valor da PARCELA REFERENTE AO PARÂMETRO DE EXCELÊNCIA, o SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO E DE DISPONIBILIDADE tem como medidor o PARÂMETRO DE EXCELÊNCIA, cuja disciplina de pagamento está especificada no MECANISMO DE PAGAMENTO, anexos deste CONTRATO.

#### **CLÁUSULA 16 – DA REVISÃO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO**

16.1. O PODER CONCEDENTE promoverá, nos termos deste CONTRATO, a revisão do SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO E DE DISPONIBILIDADE, conforme o caso, podendo, a seu critério, ou de comum acordo com a CONCESSIONÁRIA, efetuar alterações nos respectivos indicadores.

16.1.1. O conteúdo do SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO E DE DISPONIBILIDADE poderá ser revisto unilateralmente pelo PODER CONCEDENTE nas seguintes hipóteses:

- a) utilização de índices de desempenho que porventura se tornem inaplicáveis à CONCESSÃO ADMINISTRATIVA;
- b) utilização de índices de desempenho que porventura se revelem ineficazes para proporcionar às atividades e serviços a qualidade mínima exigida;
- c) exigência, pelo PODER CONCEDENTE, de novos padrões de desempenho motivados pelo surgimento de inovações tecnológicas ou adequações a padrões internacionais;





d) outras hipóteses previstas no SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO E DE DISPONIBILIDADE, anexo deste CONTRATO.

16.2. As revisões do SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO E DE DISPONIBILIDADE às quais o item 16.1 faz referência somente poderão ocorrer nos momentos descritos abaixo:

- a) no segundo semestre do 1º (primeiro) ano de operação da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA;
- b) no segundo semestre do 3º (terceiro) ano de operação da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA;
- c) no segundo semestre do 6º (sexto) ano de operação da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA;
- d) no segundo semestre do 10º (décimo) ano de operação da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA;
- e) após o 10º (décimo) ano, as revisões ocorrerão, periodicamente, a cada 5 (cinco) anos.

16.3. Na ocasião de revisão do SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO E DE DISPONIBILIDADE promovida pelo PODER CONCEDENTE, a CONCESSIONÁRIA terá direito, no ano seguinte à alteração, à avaliação do seu desempenho operacional nos mesmos parâmetros da CURVA DE APRENDIZAGEM, prevista no item 2.1.3. do MECANISMO DE PAGAMENTO, anexo deste CONTRATO.

16.3.1. Caso a revisão do SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO E DE DISPONIBILIDADE promovida pelo PODER CONCEDENTE implique alteração de 50% (cinquenta por cento) ou mais dos medidores (aqui entendidos não apenas como as três notas utilizadas no cálculo direto do ÍNDICE DE DESEMPENHO, mas como todos os sub-indicadores, indicadores, notas e subnotas utilizadas direta ou





**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL**

indiretamente em seus cálculos) referentes ao ÍNDICE DE DESEMPENHO, a CONCESSIONÁRIA terá direito à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, nos termos do procedimento previsto na CLÁUSULA 25.

**CAPÍTULO VII – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**CLÁUSULA 17 – DAS OBRIGAÇÕES DO PODER CONCEDENTE E DA CONCESSIONÁRIA**

17.1. As PARTES comprometem-se reciprocamente a cooperar e a prestar o auxílio que razoavelmente lhes possa ser exigido para o bom desenvolvimento da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA.

17.2. São obrigações do PODER CONCEDENTE, sem prejuízo de outras obrigações estabelecidas neste CONTRATO e em seus ANEXOS e na legislação aplicável:

- a) remunerar a CONCESSIONÁRIA na forma prevista neste CONTRATO e em seus ANEXOS;
- b) indicar formalmente à CONCESSIONÁRIA, a tempo e modo, a equipe de fiscalização dos serviços;
- c) fornecer todos os elementos técnicos necessários ao desenvolvimento da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA que estejam disponíveis ao PODER CONCEDENTE;
- d) orientar a CONCESSIONÁRIA quanto à melhor forma de exploração da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA;
- e) prestar, quando cabível, as informações solicitadas pela CONCESSIONÁRIA para o bom andamento da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA;





**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL**

f) fundamentar devidamente suas decisões, autorizações, aprovações, pedidos ou demais atos praticados ao abrigo deste CONTRATO;

g) nomear servidores para ocuparem os cargos de Diretor Público de Segurança de cada UNIDADE PENAL, cujas atribuições estão definidas em lei e no CADERNO DE ENCARGOS DA CONCESSIONÁRIA, anexo deste CONTRATO;

h) disponibilizar o imóvel onde será localizado o COMPLEXO PENAL objeto deste CONTRATO, responsabilizando-se pelas obras necessárias para garantir o acesso ao local indicado, conforme descrito na DESCRIÇÃO PLANIALTIMÉTRICA DO TERRENO, anexo ao EDITAL;

i) garantir a transferência e o transporte de sentenciados para o COMPLEXO PENAL objeto deste CONTRATO, e do COMPLEXO PENAL para outra localidade no Estado de Minas Gerais;

j) responsabilizar-se pela segurança externa do COMPLEXO PENAL, de sua muralha e áreas adjacentes.

17.3. São obrigações da CONCESSIONÁRIA, sem prejuízo de outras obrigações estabelecidas neste CONTRATO e em seus ANEXOS, bem como na legislação aplicável:

a) cumprir e respeitar as cláusulas e condições deste CONTRATO, do EDITAL, das propostas apresentadas e dos documentos relacionados;

b) manter, durante a execução do CONTRATO, as condições necessárias ao cumprimento dos serviços objeto da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA;

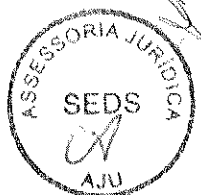
c) assumir integral responsabilidade pelos riscos inerentes à execução da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, excetuados unicamente aqueles em que o contrário resulte expressamente deste CONTRATO;





**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL**

- d) executar as obras e prestar as atividades e serviços submetendo-se plenamente à regulamentação existente ou que venha a ser editada pelo PODER CONCEDENTE;
- f) promover a completa execução das obras, e prestação das atividades e serviços, obedecendo rigorosamente o planejamento e/ou programações, as instruções apresentadas pela fiscalização e demais recomendações das normas técnicas e legislação aplicáveis à CONCESSÃO ADMINISTRATIVA;
- g) executar, dentro da melhor técnica, os serviços contratados, obedecendo rigorosamente às normas da ABNT, especificações, projetos e instruções da fiscalização do PODER CONCEDENTE e demais normas aplicáveis;
- h) informar à fiscalização do PODER CONCEDENTE a ocorrência de quaisquer atos, fatos ou circunstâncias que possam atrasar ou impedir a conclusão da obra dentro do prazo previsto no CRONOGRAMA FÍSICO DAS OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA, anexo deste CONTRATO, sugerindo as medidas para corrigir a situação;
- i) preencher, diariamente, onde lhe for reservado, o Diário de Obra que o PODER CONCEDENTE manterá permanentemente disponível no local de execução, de acordo com as instruções ali contidas;
- j) indicar e manter um responsável técnico à frente dos trabalhos, com poderes para representá-la junto à fiscalização do PODER CONCEDENTE;
- k) apresentar ao PODER CONCEDENTE, quando houver necessidade de extensão das redes públicas de utilidades, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o início da obra, o comprovante do pedido feito à concessionária do serviço correspondente;





**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL**

- l) encaminhar ao PODER CONCEDENTE, até 5 (cinco) dias após o recebimento de Ordem de Início das Obras, uma cópia da ART - Anotação de Responsabilidade Técnica da obra no CREA/MG;
- m) responsabilizar-se, além dos serviços específicos da construção, pelas ligações provisórias e definitivas de água, esgoto, instalações de luz e força, de modo que, ao ser dada por concluída, possa a obra entrar em funcionamento imediatamente;
- n) promover, junto ao Cartório de Registro de Imóveis, a averbação da obra edificada ou do acréscimo concluído;
- o) apresentar, ao final da obra, o “*as built*” completo, em meio magnético e por meio de cópia plotada e assinada pelo responsável técnico da CONCESSIONÁRIA;
- p) prestar serviços nas áreas jurídica, psicológica, médica, odontológica, psiquiátrica, assistencial, pedagógica, esportiva, social e religiosa, para o desenvolvimento e acompanhamento dos sentenciados, em conformidade com o disposto na Lei de Execução Penal (Lei Federal nº 7.210, de 11/07/84 e suas alterações posteriores);
- q) sem quaisquer ônus para o PODER CONCEDENTE, desfazer todas as obras, atividades e serviços que forem executados em desacordo com o projeto aprovado e reconstituí-los, segundo os mesmos projetos, ressalvado o caso em que o PODER CONCEDENTE, explicitamente, aceitar tais obras, atividades e serviços como regularmente executados;
- r) implantar todos os equipamentos e instalações necessários à prestação, continuidade e modernização das atividades e serviços sob a CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, consoante as especificações deste CONTRATO e seus ANEXOS;







s) manter e conservar todos os bens, equipamentos e instalações empregados na CONCESSÃO ADMINISTRATIVA em perfeitas condições de funcionamento, bem como reparar suas unidades e promover, oportunamente, as substituições demandadas em função do desgaste ou superação tecnológica, ou ainda promover os reparos ou modernizações necessários à boa execução e à preservação da adequação das atividades e serviços, conforme determinado neste CONTRATO;

t) não realizar qualquer modificação nas instalações do COMPLEXO PENAL, que possam representar alterações ao Projeto Arquitetônico Básico, decorrente da CONCEPÇÃO ARQUITETÔNICA, e não configure sua simples manutenção, sem a prévia autorização escrita do PODER CONCEDENTE;

u) recrutar e fornecer toda mão-de-obra, direta ou indireta, equipamentos e materiais necessários à exploração da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, inclusive encarregados e pessoal de apoio administrativo, conforme as responsabilidades e atribuições delineadas neste CONTRATO e seus ANEXOS;

v) realizar programas de treinamento de seu pessoal, visando ao constante aperfeiçoamento deste para a adequada exploração da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA;

w) providenciar, antes do início dos trabalhos de construção e/ou gestão do COMPLEXO PENAL, para que todos os seus empregados sejam identificados e registrados e tenham seus assentamentos devidamente anotados em suas carteiras de trabalho, bem como atender às demais exigências de previdência social, e da legislação trabalhista em vigor;

x) apresentar, 03 (três) meses antes do início da operação de cada UNIDADE PENAL, certidões de antecedentes criminais de todos os funcionários da





**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL**

CONCESSIONÁRIA que trabalharão na UNIDADE PENAL, sendo vedada a contratação de profissionais que, a qualquer tempo, tiveram sido condenados criminalmente;

y) pagar, como única empregadora, todos os encargos sociais, trabalhistas e previdenciários incidentes sobre o custo da mão-de-obra, bem como os referentes ao respectivo seguro de acidente de trabalho;

z) comprovar perante o PODER CONCEDENTE, mensalmente, as quitações legalmente exigidas de todo e qualquer encargo que se referir aos serviços, atividades e obras objeto deste CONTRATO, inclusive as contribuições devidas ao INSS, FGTS, taxas e impostos municipais pertinentes;

a1) providenciar tempestivamente e sem prejuízo das atividades contratadas, a imediata retirada ou substituição de qualquer empregado, atendendo a solicitação por escrito do PODER CONCEDENTE, que esteja dificultando a ação fiscalizadora ou mesmo cuja permanência seja julgada inconveniente e inoportuna, mediante justificativa expressa, por outro capacitado e treinado para as atividades a cargo do substituído;

b1) providenciar tempestivamente e sem prejuízo das atividades contratadas, a imediata substituição de qualquer empregado que se ausente em virtude de razões legais admitidas pela legislação trabalhista e que esteja em processo de desligamento do emprego, por outro capacitado e treinado para as atividades a cargo do substituído;

c1) manter equipe ativa, encarregada da medicina e segurança do trabalho, nos termos da legislação trabalhista, deste CONTRATO e de seus ANEXOS;

d1) manter, obrigatoriamente, todo pessoal em serviço devidamente uniformizado, conforme modelo aprovado pelo PODER CONCEDENTE, e





**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL**

portando equipamentos de proteção individual – EPI e coletiva – EPC adequados;

e1) regularizar junto aos órgãos e repartições competentes todos os registros e assentamentos relacionados à exploração da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, respondendo, a qualquer tempo, pelas consequências que a falta ou omissão destes acarretar;

f1) assegurar livre acesso, em qualquer época, das pessoas encarregadas e designadas por escrito pelo PODER CONCEDENTE às suas instalações e aos locais onde estejam sendo desenvolvidas atividades relacionadas à CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, bem como a seus registros contábeis;

g1) responsabilizar-se, integralmente, por danos eventualmente causados ao PODER CONCEDENTE e/ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução das obras, atividades e serviços, isentando, assim, o PODER CONCEDENTE de quaisquer reclamações que possam surgir em consequência do CONTRATO, obrigando-se, outrossim, a reparar os danos causados, independentemente de provocação por parte do PODER CONCEDENTE, ainda que tais reclamações sejam resultantes de atos de seus prepostos ou de quaisquer pessoas físicas ou jurídicas empregadas ou ajustadas na execução das obras, atividades e serviços;

h1) arcar com todos os custos relacionados a estudos e licenciamentos sob a sua responsabilidade nos termos deste CONTRATO, bem como com os custos referentes à implementação das providências e investimentos necessários para atender às exigências de órgãos e entidades públicas competentes;

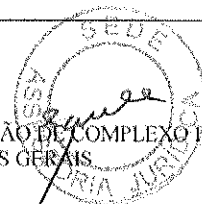
i1) atender às ordenações do PODER CONCEDENTE no tocante ao fornecimento de informações de natureza técnica, operacional, econômica, financeira e contábil, medições, prestação de contas, na periodicidade e segundo os critérios estabelecidos;





**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL**

- j1) manter seu acervo documental de acordo com o disposto na Lei Federal nº 8.159/91 e demais normas aplicáveis;
- k1) publicar, anualmente, suas Demonstrações Financeiras e Relatórios nos termos da legislação vigente;
- l1) cumprir todas as obrigações fixadas no CADERNO DE ENCARGOS DA CONCESSIONÁRIA, anexo deste CONTRATO;
- m1) observar a legislação de proteção ambiental, bem como as DIRETRIZES AMBIENTAIS, anexo do EDITAL, respondendo pelas consequências de seu eventual descumprimento;
- n1) prover o monitoramento interno de cada UNIDADE PENAL, efetuando o controle e a inspeção nos postos de vigilância e mantendo o monitoramento dos sentenciados nos termos das respectivas sentenças condenatórias;
- o1) cumprir os mandados de soltura, após exame e autorização do Diretor Público de Segurança de cada UNIDADE PENAL;
- p1) não permitir a utilização de qualquer tipo de armamento, aparelhos celulares ou similares, rádios transmissores/receptores, cigarros, fósforos e isqueiros por parte dos empregados encarregados do monitoramento interno;
- q1) organizar e manter prontuários com identificação dos sentenciados, registro de movimentação, bem como sistema de informações, de maneira a permitir a execução das medidas necessárias ao cumprimento das determinações judiciais e do Conselho Penitenciário, mantendo ainda um cadastro informatizado com todos os dados da população carcerária, mediante supervisão do Diretor Público de Segurança de cada UNIDADE PENAL, em conformidade ao estabelecido no CADERNO DE ENCARGOS DA CONCESSIONÁRIA, anexo deste CONTRATO;





**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL**

r1) prover a guarda de valores dos sentenciados;

s1) apresentar, em até 30 (trinta) dias antes do início da operação do COMPLEXO PENAL, a relação contendo os nomes e os números do CPF/MF, Carteira Profissional e PIS dos seus empregados que serão vinculados à prestação dos serviços objeto deste CONTRATO;

t1) designar de sua estrutura administrativa um preposto permanentemente responsável pela perfeita execução dos serviços, inclusive para atendimento de emergências e para zelar pela prestação contínua e ininterrupta dos serviços, bem como, dentre os que permaneçam no local do trabalho, um que será o responsável pelo bom andamento dos serviços e que possa tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas;

u1) apresentar cópia autenticada da quitação da rescisão contratual dos empregados demitidos, dentro do prazo de 30 (trinta) dias corridos, recolhendo de imediato a identificação (crachá) dos mesmos;

v1) realizar anualmente os exames de saúde dos seus empregados exigidos na forma da lei;

w1) respeitar e fazer com que seus empregados respeitem as normas de segurança do trabalho, identificação, disciplina e demais regulamentos específicos de cada UNIDADE PENAL, bem como atentar para as regras de cortesia no local onde serão executados os serviços objeto deste CONTRATO;

x1) arcar com todas as despesas decorrentes de transporte, alimentação, inclusive seguro de vida contra o risco de acidente de trabalho de seus empregados;





**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL**

y1) comunicar imediatamente à SEDS qualquer anormalidade que interfira no bom andamento dos serviços, objeto do presente CONTRATO, provocada por empregados ou prepostos da CONCESSIONÁRIA, indicando o nome do responsável;

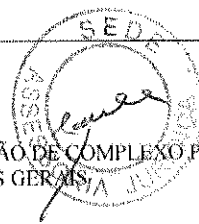
z1) responder, perante o PODER CONCEDENTE, pela conduta, disciplina, freqüência e pontualidade dos seus empregados designados para a execução dos serviços objeto deste CONTRATO; e

a2) assumir a total responsabilidade por todas as despesas decorrentes da operacionalização e gestão do COMPLEXO PENAL, tais como pessoal, encargos sociais, alimentação, material de limpeza, material de escritório, vestuário, transporte, combustível, rádio comunicação, medicamentos, higiene pessoal, telefonia, luz, água, tributos e demais despesas relacionadas nos ANEXOS do presente CONTRATO, de modo a garantir o pleno funcionamento de cada UNIDADE PENAL.

17.3.1. Na execução das obras a CONCESSIONÁRIA deverá obedecer rigorosamente os marcos fixados no CRONOGRAMA FÍSICO DAS OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA, somente sendo admitidas modificações desses marcos nas condições previstas neste CONTRATO.

17.3.2. Ressalvadas as hipóteses especificadas neste CONTRATO, o atraso no cumprimento dos marcos fixados no CRONOGRAMA FÍSICO DAS OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA sujeitará a CONCESSIONÁRIA à aplicação das multas contratualmente previstas, sem prejuízo da aplicação de outras sanções pertinentes.

17.3.3. Os marcos previstos no CRONOGRAMA FÍSICO DAS OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA poderão ser adiantados e, tão logo cada UNIDADE PENAL seja finalizada, poderá entrar em operação, condição necessária para o pagamento de qualquer das parcelas remuneratórias devidas à CONCESSIONÁRIA.





## **CLÁUSULA 18 – DAS DESAPROPRIAÇÕES**

18.1. As desapropriações e a instituição de servidões administrativas, quando necessárias à execução da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, serão efetuadas pelo PODER CONCEDENTE, às suas expensas e sob sua responsabilidade, com obediência às disposições da legislação aplicável.

18.2. São de responsabilidade do PODER CONCEDENTE as providências necessárias à declaração de utilidade pública dos imóveis a serem desapropriados para a realização da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, incluindo aqueles de uso temporário ou objeto de instituição de servidões.

18.3. As PARTES, de comum acordo, estabelecerão, quando necessário, um programa de trabalho, contendo os prazos para a obtenção da declaração de utilidade pública dos imóveis, para fins de desapropriação ou de instituição de servidões, e os elementos necessários que deverão ser fornecidos pela CONCESSIONÁRIA, dentro das condições previstas na legislação aplicável e compatível com os prazos fixados para a prestação do OBJETO da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA.

## **CLÁUSULA 19 – DA RESPONSABILIDADE PERANTE TERCEIROS**

19.1. A CONCESSIONÁRIA responderá exclusivamente, nos termos da legislação aplicável, por quaisquer prejuízos causados a terceiros, por si ou seus administradores, empregados, prepostos ou prestadores de serviços ou qualquer outra pessoa física ou jurídica a si vinculada, na execução das obras e prestação das atividades e serviços abrangidos pela CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, sem prejuízo de eventuais direitos que possa exercer perante terceiros, não sendo assumida pelo PODER CONCEDENTE qualquer espécie de responsabilidade dessa natureza.

19.1.1. A CONCESSIONÁRIA responderá, também, pela reparação ou indenização de todos e quaisquer danos causados em redes de água, esgoto, eletricidade, gás, telecomunicações e respectivos equipamentos e em quaisquer outros bens de terceiros,





**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL**

em resultado da execução das obras e da prestação das atividades e serviços de sua responsabilidade nos termos deste CONTRATO, sem prejuízo de eventuais direitos que possa exercer perante terceiros.

**CAPÍTULO VIII - DA RELAÇÃO COM TERCEIROS**

**CLÁUSULA 20 – DOS CONTRATOS COM TERCEIROS**

20.1. Sem prejuízo de suas responsabilidades e dos riscos previstos neste CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA poderá contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares à CONCESSÃO ADMINISTRATIVA.

20.2. A CONCESSIONÁRIA deverá, obrigatoriamente, informar ao PODER CONCEDENTE a contratação de terceiros para a prestação de serviços para o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares à execução deste CONTRATO, tais como elaboração dos projetos executivos, construção, fornecimento de bens e serviços e montagem de equipamentos.

20.2.1. Serão submetidos ao exame e à aprovação do PODER CONCEDENTE os contratos, convênios, acordos ou ajustes celebrados entre a CONCESSIONÁRIA e acionistas pertencentes ao seu grupo controlador, diretos ou indiretos, e empresas controladas ou coligadas, bem como os celebrados com:

- a) pessoas físicas ou jurídicas que, juntamente com a CONCESSIONÁRIA, façam parte, direta ou indiretamente, de uma mesma empresa controlada; e
- b) pessoas físicas ou jurídicas que tenham diretores ou administradores comuns à CONCESSIONÁRIA.

20.3. O fato de o contrato ter sido de conhecimento do PODER CONCEDENTE não poderá ser alegado pela CONCESSIONÁRIA para eximir-se do cumprimento, total ou parcial, de suas obrigações decorrentes deste CONTRATO, ou justificar qualquer atraso ou modificação







nos custos e investimentos constantes das propostas e documentos apresentados pela CONCESSIONÁRIA.

20.4. Os contratos celebrados entre a CONCESSIONÁRIA e terceiros reger-se-ão pelas normas de direito privado, não estabelecendo nenhuma relação de qualquer natureza entre os terceiros e o PODER CONCEDENTE.

20.5. A CONCESSIONÁRIA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste CONTRATO.

20.6. A CONCESSIONÁRIA responde, também, nos termos da relação comitente-comissário, pelos prejuízos causados a terceiros pelas entidades que contratar para a execução de atividades vinculadas à CONCESSÃO ADMINISTRATIVA.

## **CAPÍTULO IX – DA FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

### **CLÁUSULA 21 – DA FISCALIZAÇÃO**

21.1. A fiscalização da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, abrangendo todas as obras, serviços e atividades da CONCESSIONÁRIA, durante todo o prazo do CONTRATO, será executada pelo PODER CONCEDENTE.

21.2. A CONCESSIONÁRIA facultará ao PODER CONCEDENTE, ou a qualquer outra entidade por este credenciada, o livre acesso, em qualquer época, às áreas, instalações e locais referentes à CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, aos livros e documentos relativos à CONCESSIONÁRIA, bem como a livros, registros e documentos relacionados às obras, atividades e serviços abrangidos pela CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, incluindo estatísticas e registros administrativos e contábeis, e prestará sobre esses, no prazo que lhe for estabelecido, os esclarecimentos que lhe forem formalmente solicitados.





**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL**

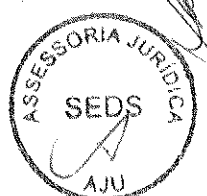
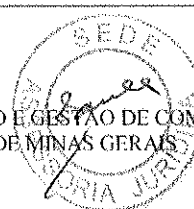
21.3. O PODER CONCEDENTE poderá demandar à CONCESSIONÁRIA, a qualquer tempo e sob qualquer circunstância, informações de natureza técnica, operacional, econômica, financeira e contábil, bem como medições e prestações de contas.

21.4. O PODER CONCEDENTE, diretamente ou por meio de seus representantes credenciados, poderá realizar, na presença de representantes da CONCESSIONÁRIA, ou solicitar que esta execute às suas expensas, consoante programa a ser estabelecido de comum acordo pelas PARTES, testes ou ensaios que permitam avaliar adequadamente as condições de funcionamento e as características dos equipamentos, sistemas e instalações, previamente ao início da disponibilização, ocupação e operação do COMPLEXO PENAL.

21.5. As determinações que o PODER CONCEDENTE vier a fazer, no âmbito de seus poderes de fiscalização, deverão ser imediatamente acatadas pela CONCESSIONÁRIA, sem prejuízo de poder esta apresentar o recurso cabível, nos termos deste CONTRATO.

21.6. No exercício da fiscalização, o PODER CONCEDENTE poderá:

- a) acompanhar a execução das obras e a prestação das atividades e serviços, bem como a conservação dos bens reversíveis;
- b) proceder a vistorias para a verificação da adequação das instalações e equipamentos, determinando as necessárias correções, reparos, remoções, reconstruções ou substituições, às expensas da CONCESSIONÁRIA;
- c) intervir na execução das obras, atividades e serviços, quando necessário, de modo a assegurar a respectiva regularidade e o fiel cumprimento deste CONTRATO e das normas legais pertinentes, observado o disposto na CLÁUSULA 38 – DA INTERVENÇÃO;
- d) exigir a substituição de qualquer empregado que negligencie ou tenha comportamento indevido durante o serviço;





**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL**

e) exigir a imediata retirada do serviço de qualquer trabalhador que não estiver usando uniforme completo e adequado às suas funções;

f) determinar que sejam refeitas obras, atividades e serviços, sem ônus para o PODER CONCEDENTE, se as já executadas não estiverem satisfatórias, em termos quantitativos ou qualitativos;

g) aplicar as sanções e penalidades previstas neste CONTRATO.

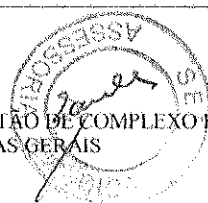
21.7. O PODER CONCEDENTE poderá determinar a aferição permanente e/ou periódica dos veículos utilizados nas obras, atividades e serviços a cargo da CONCESSIONÁRIA, pertinentes à CONCESSÃO ADMINISTRATIVA.

21.8. Se a CONCESSIONÁRIA não acatar as determinações realizadas pelo PODER CONCEDENTE, este poderá tomar, diretamente ou por meio de terceiros, as providências necessárias para corrigir a situação, correndo os respectivos custos por conta da CONCESSIONÁRIA, sem prejuízo da aplicação das sanções e penalidades pertinentes.

**CLÁUSULA 22 – DO GERENCIAMENTO DA EXECUÇÃO DA CONCESSÃO ADMINISTRATIVA**

22.1. Observados os termos do CADERNO DE ENCARGOS DA CONCESSIONÁRIA, do SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO E DE DISPONIBILIDADE e do CRONOGRAMA DAS OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA, anexos deste CONTRATO, o planejamento e a execução material das obras, dos serviços e das atividades assistenciais, bem como dos serviços e atividades de apoio, pertinentes à CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, são atribuições da CONCESSIONÁRIA, sem prejuízo da permanente orientação do PODER CONCEDENTE, para maior eficiência e/ou melhoria da qualidade dos serviços e atividades, nos termos apresentados neste CONTRATO e seus ANEXOS.

22.2. Na exploração da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, a CONCESSIONÁRIA terá liberdade na direção de seus negócios, investimentos, pessoal, material e tecnologia,





observadas as prescrições deste CONTRATO, da legislação específica, das normas regulamentares, das instruções e determinações do PODER CONCEDENTE.

22.3. Além das melhorias pontuais na execução das obras, serviços e atividades, a CONCESSIONÁRIA poderá apresentar ao PODER CONCEDENTE proposta de aprimoramento dos mecanismos de monitoramento e supervisão do objeto da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA.

22.4. O PODER CONCEDENTE poderá recorrer a serviços técnicos externos para acompanhamento da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA objeto deste CONTRATO, inclusive com vistas à melhoria de sua qualidade.

## **CAPÍTULO X – DOS RISCOS, DOS GANHOS E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO**

### **CLÁUSULA 23 – DO CASO FORTUITO E DA FORÇA MAIOR**

23.1. Consideram-se caso fortuito e força maior, com as consequências estabelecidas neste CONTRATO, os eventos imprevisíveis e inevitáveis, alheios às PARTES, e que tenham um impacto direto sobre o desenvolvimento das obras, serviços e atividades da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA.

23.1.1. Caso fortuito é toda situação decorrente de fato alheio à vontade das PARTES, porém, proveniente de atos humanos. Constituem nomeadamente caso fortuito: atos de guerra, hostilidades, invasão ou terrorismo e inexecução do contrato por alteração na estrutura político-administrativa do PODER CONCEDENTE que, diretamente, afetem as obras, serviços e atividades compreendidos na CONCESSÃO ADMINISTRATIVA.

23.1.2. Força maior consiste no fato resultante de situações independentes da vontade humana. Constituem nomeadamente força maior: epidemias globais, radiações atômicas, graves inundações, ciclones, tremores de terra e outros cataclismos naturais,





**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL**

que, diretamente, afetem as obras, serviços e atividades compreendidos na CONCESSÃO ADMINISTRATIVA.

23.1.3. Consideram-se excluídos da previsão anterior os eventos naturais cujo impacto deve ser suportado pela CONCESSIONÁRIA ou pelo PODER CONCEDENTE, nos termos deste CONTRATO.

23.2. Sem prejuízo do disposto no item seguinte, a ocorrência de um caso fortuito ou força maior terá por efeito desonerar as PARTES da responsabilidade pelo não-cumprimento das obrigações decorrentes deste CONTRATO, estritamente nos casos de descumprimento, pontual e tempestivo, das obrigações em virtude de ocorrência dessa natureza.

23.2.1. Um evento não será considerado, para os efeitos de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro deste CONTRATO, caso fortuito ou força maior se, ao tempo de sua ocorrência, corresponder a um risco segurável, no Brasil ou no exterior, até o limite dos valores de apólices comercialmente aceitáveis independentemente de a CONCESSIONÁRIA as ter contratado.

23.2.2. Ficam, em qualquer caso, excluídos da previsão do item acima os atos de guerra ou subversão, tumultos e protestos públicos, hostilidade ou invasão, terrorismo e as radiações atômicas.

23.3. A PARTE que tiver o cumprimento de suas obrigações afetado por caso fortuito ou força maior deverá comunicar por escrito à outra PARTE a ocorrência de qualquer evento dessa natureza, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas contadas da data da ocorrência do evento, nos termos desta cláusula.

23.4. Na ocorrência de caso fortuito ou força maior, cujas conseqüências não sejam cobertas por seguro, dentro de condições comerciais viáveis, as PARTES acordarão se haverá lugar à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO ou à extinção da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, observado o disposto no CAPÍTULO XIV – DA SOLUÇÃO DE CONFLITOS.





23.4.1. Verificando-se a extinção da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, nos termos do disposto neste item, aplicar-se-ão, no que couberem, as regras e os procedimentos válidos para a extinção da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA por advento do termo contratual.

23.5. A CONCESSIONÁRIA assumirá integral responsabilidade por todos os riscos inerentes à CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, excetuados unicamente aqueles em que o contrário resulte expressamente deste CONTRATO, a exemplo do disposto na Cláusula 23.2.

23.6. As PARTES se comprometem a empregar todas as medidas e ações necessárias a fim de minimizar os efeitos decorrentes dos eventos de força maior ou caso fortuito.

#### **CLÁUSULA 24 – DO COMPARTILHAMENTO DOS GANHOS ECONÔMICOS ENTRE CONCESSIONÁRIA E PODER CONCEDENTE**

24.1. A CONCESSIONÁRIA deverá compartilhar com o PODER CONCEDENTE, em partes iguais, os ganhos econômicos que obtiver, em decorrência da redução do risco de crédito dos financiamentos por ela eventualmente utilizados, especialmente em virtude da renegociação das condições anteriormente estabelecidas ou da quitação antecipada das respectivas obrigações.

24.1.1. O compartilhamento será feito por intermédio da redução correspondente do valor da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA MENSAL imediatamente vincenda.

24.2. Os ganhos eventualmente auferidos na execução deste CONTRATO, nomeadamente os referentes à redução de custos que decorram diretamente da eficiência empresarial da CONCESSIONÁRIA, bem como os propiciados por alterações tecnológicas ou pela modernização, expansão ou racionalização da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, reverterão, exclusivamente, para a CONCESSIONÁRIA.





24.3. Os ganhos econômicos obtidos pela CONCESSIONÁRIA, decorrentes de redução, extinção ou isenção de tributos, sejam federais, estaduais ou municipais, reverterão, integralmente para o PODER CONCEDENTE.

24.4. Incumbe ao PODER CONCEDENTE acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento deste CONTRATO, bem como analisar as informações financeiras prestadas pela CONCESSIONÁRIA nos termos deste CONTRATO, para verificar a ocorrência dos eventos referidos nesta cláusula.

### **CLÁUSULA 25 – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

25.1. Constitui pressuposto básico deste CONTRATO a preservação do equilíbrio econômico-financeiro, consubstanciado na justa equivalência entre a prestação e a remuneração da CONCESSIONÁRIA, vedado às PARTES o enriquecimento imotivado à custa de outra PARTE, nos termos do disposto neste CONTRATO.

25.2. Sempre que forem atendidas as condições do CONTRATO, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.

25.3. Os critérios para reajustamento da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA CHEIA, visando a preservar o seu valor, estão fixados na cláusula 14 deste CONTRATO.

25.4. As PARTES terão direito à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, quando este for afetado, nos seguintes casos:

- a) modificação unilateral deste CONTRATO, imposta pelo PODER CONCEDENTE nas condições deste CONTRATO desde que, como resultado direto dessa modificação, comprovadamente se verifique para a CONCESSIONÁRIA uma significativa alteração dos custos ou das suas receitas, para mais ou para menos;





**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL**

- b) ocorrência de caso fortuito ou força maior, nos termos deste CONTRATO, cuja cobertura não seja aceita por instituições seguradoras conceituadas no mercado nacional ou internacional, dentro de condições comerciais razoáveis;
- c) ocorrência de eventos excepcionais, causadores de significativas modificações nos mercados financeiro e cambial, que impliquem alterações substanciais nos pressupostos adotados na elaboração do PLANO DE NEGÓCIOS, para mais ou para menos;
- d) alterações legais que tenham impacto significativo e direto sobre os custos pertinentes às atividades abrangidas pela CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, para mais ou para menos;
- e) as revisões, promovidas pelo PODER CONCEDENTE, aos parâmetros e medidores indicados no SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO E DE DISPONIBILIDADE, anexo deste CONTRATO, que representem alteração de 50% (cinquenta por cento) ou mais dos medidores (aqui entendidos não apenas como as três notas utilizadas no cálculo direto do ÍNDICE DE DESEMPENHO, mas como todos os sub-indicadores, indicadores, notas e subnotas utilizadas direta ou indiretamente em seus cálculos) referente ao ÍNDICE DE DESEMPENHO, e que acarretem, comprovadamente, encargos adicionais para a CONCESSIONÁRIA;
- f) atraso, ou cobrança de valores superiores aos previstos, para o fornecimento de licenças e autorizações necessárias à execução, pela CONCESSIONÁRIA, das obras, serviços e atividades objeto da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA desde que os atrasos não sejam imputáveis à CONCESSIONÁRIA;
- g) atrasos na execução das medidas necessárias à realização dos procedimentos de desapropriação e instituição de servidão administrativa, quando couber, que resultem em custos adicionais para a realização do objeto da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, desde que imputáveis ao PODER CONCEDENTE;







h) atraso na desocupação do local de prestação do serviço e atividades, na execução de obra ou na entrega de instalações e equipamentos necessários à CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, nas hipóteses em que esse atraso represente a geração de custos adicionais à CONCESSIONÁRIA e desde que os atrasos não sejam imputáveis à CONCESSIONÁRIA;

i) alterações nas especificações dos projetos e estudos apresentados pela CONCESSIONÁRIA, para atendimento aos interesses específicos do PODER CONCEDENTE;

j) ocorrência de rebeliões de sentenciados dentro de uma UNIDADE PENAL, que tenham repercussão direta nas despesas da CONCESSIONÁRIA, relacionados especificamente com a prestação dos serviços objeto da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, desde que a atuação da CONCESSIONÁRIA, na execução do CONTRATO, em nada tenha contribuído ou possa ser a causa da rebelião;

l) variação dos custos operacionais ocasionados pela ocorrência dos seguintes fatores:

I - alterações nos preços públicos;

II - instituição de novos tributos;

III - alterações de alíquotas dos tributos já existentes, à exceção do imposto sobre a renda; e

IV - em outras hipóteses expressamente previstas neste CONTRATO.

25.5. Não caberá recomposição do equilíbrio econômico-financeiro para nenhuma das PARTES, nas seguintes hipóteses:

a) variações de custo para o adimplemento das obrigações contratuais assumidas pela CONCESSIONÁRIA, inclusive o valor e/ou volume físico dos

